

VI. BREVE HISTÓRICO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU

Arnaldo Sucuma¹

Resumo

Este artigo consiste num trabalho de pesquisa onde se propõe a estudar o processo de construção do Estado da Guiné-Bissau, situado na costa ocidental da África. O trabalho tem como objetivo analisar os avanços, retrocessos e desafios do país, identificando as causas que fizeram com que a Guiné-Bissau não conseguisse encontrar um caminho ideal para construir o seu desenvolvimento sociopolítico e econômico pós a sua independência política. Nas últimas décadas a Guiné-Bissau tem enfrentado uma série de instabilidade política e institucional que impede o país de construir um estado de direito democrático. Partimos de princípio de que realizando estudos sobre a real situação do país ajuda identificar os caminhos mais viáveis tecnicamente para tirar o país na situação de instabilidade política e institucional em que se encontra atualmente.

Palavras-chave

Estado. Democracia. Reforma do Estado.

Abstract

This article consists in a research work which proposes to study the process of state building in Guinea-Bissau, on the west coast of Africa. The study aims to analyze progress, setbacks and challenges of the country, identifying the causes that made the Guinea-Bissau could not find a way to build its ideal sociopolitical and economic development after its political independence. In recent decades, Guinea-Bissau has faced a series of political and institutional instability that blocks the country to build a democratic state of law. We start from the principle that developing studies about the real situation of the country helps to identify the most viable ways technically to remove the country in a situation of political and institutional instability that stands today.

Keywords

State. Democracy. State Reform.

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco/PPGCP – UFPE, aluno do Programa Estudante-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG) administrado pelo MEC/MRE do Brasil.

Introdução

Neste artigo apresenta-se uma breve reflexão sobre o processo do nascimento e construção do Estado guineense, desde a sua experiência de partido único até a sua fase da democratização. No desdobramento desta abordagem são incorporadas as questões políticas, sociais, econômicas e educacionais do país após a sua independência política.

O processo de construção do estado da Guiné-Bissau a partir de 1974 – 1994

A Guiné-Bissau é uma República com 36.125km², situada no continente africano, concretamente na costa ocidental da África, banhada pelo oceano atlântico. Faz fronteira ao norte com República do Senegal e ao sul com a República da Guiné Konakry, com uma população de 1.548.159 mil habitantes segundo o ultimo recenseamento realizado pelo INEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo) em 2009.

A discussão sobre Estado da Guiné-Bissau nos leva primeiramente a trazer para debate o conceito de estado que possui várias concepções, como também iremos incorporar no debate o conceito de instituição. A modernidade entrou trazendo o Estado de direito baseado na regulação de poderes por meio de normas que regulam a sociedade. O Estado moderno evoluiu bastante ao ponto de conseguir levar direitos difusos nos termos da lei para a sociedade, como também a liberdade individual e de expressão. O grande desafio agora é trazer estes direitos para sua efetivação prática, que beneficie as pessoas.

Segundo Bobbio:

O Estado de direito entende-se geralmente um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (leis fundamentais ou constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam, salvo o direito do cidadão de recorrer a um juiz independente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder.²

Entende-se por *Estado* o conjunto de instituições democráticas e permanentes que possuem suas autonomias. Enquanto que o *Governo* constitui um órgão de Estado encarregado de administrar o conjunto das instituições estatais, em caráter temporário. Historicamente, o Homem criou a primeira instituição quando percebeu a necessidade de divisão das tarefas desenvolvidas pelo homem e pela mulher. Acontece que a institucionalização não se limitou somente à família, tomou também uma dimensão na política, educação e economia, entre outros setores. Ela é um espaço que agrega diferentes grupos sociais dentro da sociedade civil organizada. Segundo Oliveira:

Entendemos por instituição um espaço de prática, sob forma pública ou privada, para atender às demandas da sociedade civil, funcionando como mecanismo regulador das crises do desenvolvimento capitalista em todos os níveis, transversais a toda sociedade ao servirem de veículos de bens e serviços, transformando as relações sociais em relação de compra e venda.

O conceito de instituição tornou-se complexo ao longo do tempo, porque aumentaram os tipos de necessidades humanas, sobretudo com a chegada da modernidade. A sua estrutura é formada por pessoas que compartilham ideias e valores comuns, como criar uma instância política que atenda a seus anseios.

Assim, entende-se por instituição um órgão social e político com delimitação de funções e regras de funcionamento utilizadas pela

² BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. Tradução – Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 18.

sociedade como um método regulador para satisfazer suas necessidades. Considera-se a prática institucional como o conjunto de diversas ações técnicas ou não que permitem o funcionamento da instituição.

Com essa conceituação de instituição, permite-se falar nas relações institucionais. A convivência de diferentes grupos sociais ou classes dentro de uma instituição demonstra a complexidade dessas relações, que envolve uma permanente disputa pelo controle do poder e a manipulação de uma classe sobre a outra, o que Gramsci caracteriza como “guerra de posição”. Esse cenário implica uma dada correlação de forças dentro do sistema hegemônico³. Portanto, a prática institucional é atravessada por essas relações conflituosas dentro da instituição.

Na segunda metade do século XX, Amílcar Cabral e outros companheiros fundaram o Partido Africano para independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC. A partir do ano de 1963, verificou-se uma luta de guerrilhas entre os guerrilheiros do PAIGC e as tropas coloniais portuguesas, culminando com a vitória do PAIGC, numa proclamação da independência política no dia 24 de setembro de 1973, nas matas de Madina de Boé situada no leste da Guiné-Bissau. Após a revolução de 25 de abril de 1974, Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau.

Em termos políticos, o Estado da Guiné-Bissau adotou o sistema político Semipresidencialismo. Neste sistema vigente, o Presidente da República e o Primeiro Ministro são eleitos pelo sufrágio universal e possuem poderes efetivos, ou seja, poder próprio, apesar de ambos

³ GRAMSCI, Hugues Portelli. Gramsci E o bloco histórico. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 77.

serem eleitos, o Presidente tem mais poderes e pode demitir o Primeiro Ministro e dissolver o parlamento em caso de grave crise política. Os poderes estão divididos em três partes: poder judiciário; Legislativo e Executivo que está investido no Presidente da República e Governo que depende da confiança do parlamento – chefiado por um primeiro Ministro, o poder legislativo está investido na Assembleia Nacional Popular e o judiciário está a cargo dos Tribunais, em suas diferentes instâncias, e Ministério Público. Vale salientar que é um sistema mais recente em relação aos sistemas Parlamentarista e Presidencialista. Segundo Duverger M.:

O semipresidencialismo trata-se de um regime em que há um presidente da República eleito por sufrágio directo e universal a quem são atribuídos poderes consideráveis. Este presidente coexiste com um primeiro-ministro com poderes executivos substanciais e responsável perante o parlamento;⁴

O sistema semipresidencialista guineense, como todo sistema, apresenta grandes marcas de fragilidade representada pelos sucessivos golpes e tentativas de golpes de estado que fragilizam as instituições do Estado.

Durante a época colonial tinham acesso à escola os indivíduos que aderiram ao estatuto do assimilados, ou seja, pessoas que abriram mão de suas tradições para seguir e obedecer às orientações e a cultura do colonizador. Estes e outros fatos ajudaram a incentivar o sentimento de luta pela independência acelerando o processo da descolonização, construindo uma nova história dos guineenses. Segundo Frantz Fanon:

⁴ DUVERGER, M. Apud AMORIM, Octavio Neto; Lobo, Marina Costa. O semipresidencialismo e a democratização da lusofonia. In Amorim, Octavio Neto; Lobo, Marina Costa (Orgs). O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 19.

A descolonização nunca passa despercebida, pois diz respeito ao ser, ela modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores esmagados pela inessencialidade em atores privilegiados, tomados de maneira quase grandiosa pelo rumo da história. Ela introduz no ser um ritmo próprio, trazido pelos novos homens, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos.⁵

Portanto, pode-se perceber que apesar da opressão e imposição dos colonizadores, os colonizados demonstraram a resistência contra a política do colonizador.

Na história da República da Guiné-Bissau, o Estado guineense vivenciou três projetos políticos:

1º Projeto de independência, reconstrução do país e unidade nacional;

2º Projeto político reajustador;

3º Projeto político democrático;

O primeiro projeto começou a ser executado quando em 1963, Amílcar Cabral começou o processo de mobilização e organização das lideranças de base, tantos os guineenses como cabo verdianos. Esta luta provocou uma guerra entre Portugal com os dois países supracitados, que durou quase onze anos. O projeto se consolidou em 1974, ano em que a Portugal reconhece oficialmente o Estado independente da Guiné-Bissau, cujo Presidente foi Luís Cabral, que recebeu a missão de intensificar o trabalho da unidade nacional, planejar o desenvolvimento e industrializar o país. Não obstante, este projeto incorporou as características autoritárias de políticos e de chefias militares.

⁵ FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 52-53.

A indústria participava com uma média de apenas 0,5% no produto interno bruto (PIB) da Guiné-Bissau. Justamente na perspectiva de propiciar a melhoria no âmbito econômico do país, o governo de Luís Lopes Cabral iniciou em 1974, o processo de industrialização, onde conseguiu trazer para o país pequenas indústrias de base tais como Estrela do mar; Montagem de Automóveis; Complexo Agroindustrial de Cumeré (CAIC); Unidade de Montagem de Veículos (NHAI); Leite Blufo (Unidade de produção de leite pasteurizado, proveniente da reconstituição do leite em pó com o óleo da buteroil); Volvo – Garagem (Não é uma indústria, mas sim uma unidade de manutenção de veículos da marca Volvo); Plástico (Uma unidade de produção de produtos de plástico); Titina Silá (Uma unidade de produção de sumos e polpa ou compotas de fruta de caju); Espuma (Uma unidade de produção de colchões de espuma); Socotram (unidade de corte e processamento de madeira); Cerâmica de Bafatá (Unidade industrial para a produção de telhas, blocos de cerâmica e outros); Guimetal (Uma unidade de metalúrgica ou metalomecânica); Folbi (Uma unidade de produção de contraplacados de madeira) e outras. Este período de industrialização datado entre 1974 a 1987, infelizmente durou pouco.

Nas formulações de Amílcar Cabral⁶ o pior, ou melhor, mal que se pode dizer do imperialismo, qualquer que seja a sua forma, é pegar em armas e lutar. É o que estamos a fazer e faremos até a liquidação total da dominação estrangeira nas nossas pátrias africanas.

Percebe-se que após a morte de Cabral, o partido entrou em série de erros e contradições políticas, que gerou hostilidade e um

⁶ CABRAL, Amílcar; COMITINI, Carlos. *A Arma da Teoria*. Editora Codecri. Rio de Janeiro, 1980, p. 23.

comportamento político autoritário entre as lideranças do partido, que provocou a morte de vários combatentes. Muitos quadros guineenses que trabalhavam no aparelho de administração portuguesa colonial e conseguiram adquirir vasta experiência profissional em diferentes áreas, tais como docência, administração pública e outros foram exonerados de suas funções, colocando os combatentes que vieram da luta, que não tinham experiência de trabalhar e gerir administração pública, quando que a maioria dos combatentes poderiam ser úteis em outras funções.

Segundo Barros, “*sem o líder, os herdeiros não foram capazes de prosseguir com a vertente crítica e inovadora do modelo cabalista. Seguiram mecanicamente os escritos do líder. É aqui que reside o dilema pós-independência*”⁷.

Entre vários problemas do partido havia questão de pena de morte que existia na Guiné e não tinha em Cabo Verde sendo que os dois países eram governados por um único partido; repressão em torno de debate público sobre a unidade entre a Guiné e Cabo Verde; os quadros guineenses que trabalhavam na administração pública colonial foram para Portugal a procura de seus direitos de reforma na qualidade de ex-funcionários da administração colonial na Guiné. Daí o governo de PAIGC resolveu exonerar esses quadros de suas funções⁸.

A insuficiência dos quadros técnicos experientes na administração pública e nas empresas estatais criava série de dificuldades no âmbito do planejamento das políticas públicas e na gestão eficiente nas empresas estatais.

⁷ BARROS, Filinto. *Testemunho*. Bissau: INACEP, 2011, p. 09.

⁸ CANDE MONTEIRO, Artemisa Odila. *Guiné-Bissau: Da Luta Armada à Formação da Identidade Nacional – Conexões entre o discurso de Unidade Nacional e Diversidade étnica (1959-1994)*. Salvador, 2012

As empresas estatais foram criadas mediante financiamento internacionais. A maioria das empresas supracitadas era viável e administrável. Porém, todas elas foram a falência por má gestão e uma administração ineficiente.

Portanto, pode se dizer o modelo de desenvolvimento adotado após independência na Guiné-Bissau era um modelo de desenvolvimento baseado no socialismo. Constitui um modelo que vigorou até final dos anos oitenta. Sendo que na primeira metade dos anos 80 este modelo do desenvolvimento começou a perder o espaço para um modelo do desenvolvimento mais liberal.

Segundo Cardoso:

Após a conquista da independência política em 1974, a Guiné-Bissau optou por um modelo de desenvolvimento profundamente inspirado no modelo socialista, embora o PAIGC, partido que conduziu vitoriosamente a luta de libertação nacional contra o colonialismo português, nunca tivesse inscrito no seu programa, como fizeram os seus “companheiros” de luta de Angola e Moçambique, a construção do socialismo científico como uma meta a atingir. Esta opção tinha sido motivada essencialmente por duas razões: Por um lado, a ajuda recebida dos países socialistas e particularmente da então União Soviética tinha que ser de alguma forma reconhecida. (...) Por outro lado, os países que tinham ensaiado um modelo de desenvolvimento de tipo liberal viram as suas estratégias fracassadas (...) ⁹

A partir de 1980 iniciou a segunda etapa intitulada projeto político reajustador, que começou com o golpe de 14 de novembro de 1980, liderado pelo João Bernardo Vieira. Era um projeto da linha autoritária, cuja liberdade de expressão e de imprensa era também restrita nesse período. Diante da crise de países socialistas, o país foi

⁹ AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. *Transição Democrática na Guiné-Bissau e outros Ensaios*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP, (Coleção Kaku Martel), Vol. 10, 1996, p. 15.

obrigado a firmar novos acordos com algumas agências multilaterais tais como Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) a fim de poder viabilizar seus projetos do desenvolvimento.

Os finais da década de oitenta foram marcados por acontecimentos que mexeram profundamente as estruturas políticas de quase todos os países, particularmente com as dos leste europeu. De acordo com Cardoso:

Na mesma altura a África encontrava-se mergulhada numa profunda crise econômica. Alguns países como a Guiné-Bissau, o Ghana, a Costa do Marfim, O Senegal vinham tentando ultrapassar esta crise apelando às ajudas de organismos financeiros internacionais como FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial.¹⁰

A ausência de uma democracia multipartidária dentro do continente africano, e especificamente em Guiné-Bissau comprometia a credibilidade do país no plano internacional, e esta situação estava cada vez mais insustentável, era necessário procurar caminhos viáveis para contornar o problema.

Conforme afirma Cardoso:

A nível interno de África tinha-se chegado à conclusão que o sistema de partido único bem como a ausência da democracia tinha sido uma das causas principais do desastre económico verificado ao longo de três décadas de independência.(...) Estavam assim criadas as condições internas e externas para que a África pudesse embarcar no comboio da mudança que, entre outras, brandava a bandeira do liberalismo económico, da democracia multipartidária e da defesa dos direitos do homem. A Guiné-Bissau, sendo um dos países mais pobres do mundo, tendo praticado ao longo dos primeiros quinze anos da sua independência uma política económica desastrosa, tendo tido um regime autoritário de partido único e tendo di-

¹⁰CARDOSO, Carlos. *Transitions Libérales em Afrique Lusophone*. Lusotopie, editions Karthala, Maison des pays ibériques, Centre d'études d'Afrique noire, 1995.

versas vezes violado os direitos elementares da pessoa humana, não podia escapar à regra.¹¹

Portanto, o cenário político supracitado fez com que país adotasse um plano do desenvolvimento que resultou no Programa de Estabilização Econômica nos anos 1983-1984 a fim de incentivar a produção agrícola e o crescimento econômico. Estratégia de desenvolvimento foi organizada em três fases que são: estabilização econômico-financeira; reequilíbrio da economia e por fim o desenvolvimento econômico autônomo¹².

Em 1986-1987, o governo da Guiné apresentou um novo programa intitulado Programa de Ajustamento Estrutural com intuito de continuar com a política do desenvolvimento liberal apoiada pelo Banco Mundial.

Segundo Cardoso:

Como o Programa de Estabilização Econômica e Financeira não tinha produzido os efeitos esperados, a adoção do Programa de Ajustamento Estrutural apresentou-se ao governo como a tábua de salvação. Numa primeira fase, os objetivos principais deste programa consistiam em corrigir os desequilíbrios financeiros e em superar os obstáculos estruturais ao crescimento(...). Em maio de 1987 foi concluído um primeiro crédito de ajustamento estrutural com o Banco Mundial, e em outubro do mesmo ano, uma facilidade de ajustamento estrutural com o Fundo Monetário Internacional. A partir desta data, o programa de ajustamento prossegue a um ritmo às vezes um pouco caótico.¹³

Portanto, percebe-se que apesar de várias tentativas de implementar programas de desenvolvimento para o país faltou a racionalização de estratégias próprias para viabilizar os referidos

¹¹Idem, p. 259-260.

¹²AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. *Transição Democrática na Guiné-Bissau e outros Ensaio*. Op. cit. p. 17.

¹³ Idem, p. 18.

programas financiados pelo BM e FMI, que posteriormente as duas agencias acabaram por suspender o financiamento.

A globalização econômica no âmbito da concorrência de mercado é muito importante para o desenvolvimento de qualquer país inserido no capitalismo ou na concorrência de mercado. Não obstante, existem países no continente africano que não estão preparados para enfrentar este processo, pelo menos na fase inicial de construção desses estados nacionais, que por sinal iniciou a partir dos anos 60 a 80, como é o caso da Guiné-Bissau que construiu um estado em 1974, que se encontra ainda numa fase embrionária, onde as instituições de estado não estão ainda consolidadas. Por isso, é necessário que os países membros de FMI e BM, assim como os emergentes, reavaliam as regras de financiamento destas duas instituições a fim de gerir melhor este processo de globalização financeira e atender melhor as demandas dos países que ainda estão em fase de construção e consolidação de suas instituições de Estado, sofrendo com o aumento da desigualdade social, pobreza e desemprego. Neste sentido, Joseph Stiglitz foi feliz quando afirma:

A globalização hoje não está dando certo para muitos dos pobres do mundo. Não está dando certo para grande parte do meio ambiente. Não está dando certo para estabilidade da economia global. A transição do comunismo para uma economia de mercado foi tão mal administrado que, com exceção da China, do Vietnã e de alguns países da Europa Oriental, a pobreza aumentou enquanto a renda diminuiu.¹⁴

Portanto, para fazer face ao desafio da concorrência de mercado, a Guiné-Bissau precisa optar pela reforma tributária. A reforma tributária

¹⁴ STIGLITZ, Joseph E. *A Globalização e seus malefícios* – a promessa não-cumprida de benefícios globais. Tradução Bazán Tecnologia e Linguística. 3ª edição. São Paulo: Editora Futura, 2002, p. 263.

exige que o governo adote medidas protecionistas de mercado a favor dos operadores econômicos nacionais (pequenos, médios e grandes empresas). As medidas irão permitir que vários operadores econômicos deixassem o comércio informal, migrando por um comércio formal, permitindo que os mesmos possam estar fortalecidos para enfrentar uma concorrência de mercado, seja a nível interna como externa.

O processo de democratização e multipartidarismo na Guiné tem sido difícil e conturbado. A modernidade trouxe muitas visões, hoje já clássicas, sobre democracia, principalmente a concepção burguesa baseada na manutenção da propriedade privada e das liberdades individuais, e a concepção proletária, divulgada nos textos marxistas, que clama pela democracia direta e pela propriedade coletiva. De fato, obviamente, não há possibilidade de coexistência simultânea de dois sistemas políticos diferentes com ideologias opostas¹⁵.

Essa complexidade pode ser percebida também no embate de ideias entre o sistema democrático burguês e o proletário. O primeiro defende a separação de poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), e o segundo nega a divisão dos mesmos (Executivo e Legislativo) e faz opção pela sua junção, negando a separação entre o Estado e a sociedade.

Os defensores da democracia burguesa acreditam que a democracia representativa é a única que consegue garantir a participação do cidadão, de forma efetiva, em grandes sociedades populosas¹⁶.

¹⁵ GRAMSCI apud MARTINS, Carlos Estevão. *Circuito do Poder*. São Paulo : Entrelinhas, 1994, p. 23-24.

¹⁶ SUCUMA, Arnaldo. *O Processo de Democratização na Defensoria Pública da Paraíba: um estudo desenvolvido na unidade de atendimento psicossocial*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

Apesar de a democracia representativa ser considerada um grande avanço da humanidade, ela inclui também, paradoxalmente, o mecanismo que restringe a participação direta da população no processo democrático. Segundo Dahl:

Quanto menor for uma unidade democrática maior será o potencial para a participação cidadã e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões de governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade, maior será a capacidade para lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes.¹⁷

Durante o período de consolidação da teoria hegemônica liberal intensificou-se também a formação da corrente contra-hegemônica¹⁸. As duas correntes têm uma convergência em torno do conceito de democracia. Na teoria hegemônica, a população pode escolher seus representantes, mas não consegue exercer um controle sobre suas ações políticas. Entretanto a concepção contra-hegemônica propõe uma nova linha da concepção democrática que permite o reconhecimento da diversidade humana, social e cultural.

Dessa forma, entende-se por democracia o sistema sociopolítico institucional que permite uma escolha e tomada de decisões políticas nos âmbitos social, estatal, governamental e administrativo, com base na igualdade de direitos.

O processo da democratização e multipartidarismo na Guiné-Bissau que iniciou em 1994, permitindo a realização de

¹⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. “Introdução: para ampliar o cânone democrático.” In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. 3 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 48.

¹⁸ Idem, p. 50.

eleições presidenciais e legislativas por sufrágio universal e abrindo possibilidades para fazer reformas no aparelho do Estado.

A realização das eleições era um sonho de Amílcar Cabral que, ao falar na Assembleia Nacional Popular, deixou isso muito claro no seu testamento político em que afirma: “*Far-se-ão públicos os resultados das eleições gerais e nosso objetivo será informar a opinião pública mundial e todas as instâncias nacionais e internacionais a respeito desse importante acontecimento histórico da luta do nosso povo*”¹⁹.

No caso da reforma política, um dos caminhos que o governo poderia adotar para a sua credibilidade e a confiança dos investidores nacionais e internacionais seria de criar as agências reguladoras com seus devidos estatutos e atribuições, que devem ter um respaldo constitucional através de uma emenda, para os diferentes setores do que promovem o desenvolvimento, tais como: telecomunicações; saúde; educação; transportes aéreo, terrestre e marítimo. Estas agências devem ser dirigidas por técnicos reconhecidos profissionalmente pelos seus trabalhos, cuja indicação deve ser do chefe do governo, que deve passar pela aprovação da Assembleia Nacional Popular e do Presidente da República. Dando assim garantia constitucional para futuros governos.

Em 1998, o país se envolveu num conflito político-militar de 07 de junho, foi um duelo entre presidente, João Bernardo Vieira, com o então Chefe de Estado Maior de forças armadas, Ansumane Mané.

Estas e outras questões tornam a democracia guineense muito precária.

¹⁹ CABRAL, Amílcar; COMITINI, Carlos. A Arma da Teoria. Editora Codecri. Rio de Janeiro, 1980, p. 15.

De acordo com Robert A. Dahal:

Certas condições subjacentes (ou históricas) em um país são favoráveis à estabilidade democrática e que onde essas condições estão fracamente presentes ou totalmente ausentes é improvável existir a democracia – ou, se existir, provavelmente é precária. (...) Condições essenciais para a democracia: 1- Controle dos militares e da política por funcionários eleitos; 2- Cultura política e convicções democráticas; 3- Nenhum controle estrangeiro hostil à democracia.²⁰

Neste terceiro projeto em vigora até aos dias atuais, o populismo e clientelismo continuaram, e sendo usados pelos sucessivos governos. Portanto, os três projetos foram implementados nos momentos diferentes e, em diferentes conjunturas que a sociedade guineense vivenciou.

Considerações Finais

Após independência política, o Estado guineense nos seus primeiros anos de existência experimentou uma fase de expansão de pequenas indústrias de base, como também experimentou um momento de execução de programa de estabilização econômica, apesar de escassez de quadros técnicos capazes de gerir os destinos do Estado. As empresas estatais entraram em falência e o programa de estabilização fracassou por problemas de boa gestão. As constantes instabilidades políticas que o país conhece constitui um dos obstáculos na construção de políticas educacionais duradouras, bem como no aperfeiçoamento da democracia e estado de direito.

Recebido em: 17/01/2012

²⁰ DAHL, Robert A. Sobre a Democracia. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 163.